

ENTREVISTA: ALBANO ESTRELA

ALBANO ESTRELA *

* Professor catedrático e Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa

O Professor Doutor Albano Estrela é professor catedrático de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação). Nesta Faculdade coordena os Mestrados de Ciências da Educação e é o responsável pela UNIFOP (Unidade de Formação de Professores e de Formadores).

Investigador nas áreas da observação de classes e da formação de professores, é autor de múltiplos artigos publicados em revistas portuguesas e estrangeiras da especialidade. Também é autor de obras como a *Teoria e Prática de Observação de Classes - uma Estratégia de Formação de Professores* (3 edições), *Perspectivas Actuais sobre a Formação de Professores*, *A Técnica dos Incidentes Críticos* (as duas últimas em co-autoria com Maria Teresa Estrela). Tem orientado vários projectos de investigação em Educação como o Projecto PLUX (Ensino do Português aos filhos dos trabalhadores portugueses emigrados no Grão Ducado do Luxemburgo), projecto da Comissão das Comunidades Europeias. De 1983 a 1986, orientou o projecto FOCO, do qual resultou a publicação da obra intitulada *Formação de Professores por Competências - Projecto Foco (Uma Experiência de Formação Contínua)*.

Actualmente dirige o Projecto "ira" (investigação, reflexão, acção), projecto de investigação - formação contínua de professores assente no levantamento de necessidades de formação em situação profissional.

Preside ao Conselho de Acompanhamento da Reforma Curricular.

É presidente da Section Portugaise de l' APELF /AFIRSE e, nessa qualidade, tem organizado diversos colóquios nacionais e internacionais sobre temas como "Investigação em Educação", "Investigação - Acção", "Reformas Curriculares em Países da Comunidade Europeia" (e orientado a publicação das respectivas actas).

Agora é, também, Presidente da Direcção da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, qualidade que motivou esta entrevista.

ENTREVISTA 29/1/97

Millenium - As nossas felicitações pela sua eleição para o cargo de Presidente da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Na sequência dessa eleição, queríamos fazer-lhe algumas perguntas.

Que projectos, pensa implementar, durante o seu mandato na direcção e liderança dessa Sociedade, que é única no género no nosso país ?

A.E. - Obrigado pelas vossas felicitações. Quanto ao exercício do cargo para que fui eleito, não poderei ainda dizer muito, porque ainda é cedo para isso. Nós vamos ter a primeira reunião no dia 25 deste mês (Fevereiro), pelo que seria prematuro começar a fazer declarações públicas. As nossas decisões são colegiais, e por isso não seria correcto estar a expressar opiniões individuais.

Posso, no entanto, dizer que tenho algumas preocupações. Uma delas é a reorganização das secções em que a SPCE está dividida. Temos 19 secções e um projecto, o que significa uma grande dispersão e exige uma adequada reestruturação.

Por outro lado, há a preocupação com a investigação e a fundamentação científica da política da educação propriamente dita. Poderíamos criar uma publicação, uma boa revista de investigação de nível internacional que reflectisse isso.

Nós temos em Portugal alguma investigação e investigadores. Mas temos algumas antinomias e até rivalidade ou competitividade entre Instituições. Isso é verdade, por exemplo, no modo como se apresentam hoje as Instituições Universitárias e as de Ensino Politécnico.

Creio que a SPCE podia ter neste contexto um papel importante. Vejo aí um terreno importante , não tanto de acção directa, mas de ligações que podemos estabelecer, de debates que podemos promover, de contributos para a análise e fundamentação científica de questões educativas que se põem sobre aspectos políticos da educação. Muitas questões debatem-se e discutem-se como se não fossem , na sua essência, questões de índole científica. Este aspecto tem sido muito mal cuidado entre nós. Um exemplo possível, é o que se passou sobre questões relativas à formação de professores e à Lei de Bases do Sistema Educativo .

Millenium - Essa afirmação leva-nos a um outro conjunto de questões que queríamos pôr-lhe. Por exemplo, gostaríamos que comentasse a afirmação de Albert Tuijman (1993), que diz que a Investigação em Educação é fragmentária, irrelevante, de baixa qualidade e eficiência e de pouca utilidade. Concorda com o diagnóstico ?

A.E. - A primeira dificuldade é saber se essa afirmação é de carácter geral ou se se pretende referir especificamente a Portugal.

Para responder com alguma precisão exigir-se-ia uma meta - investigação, ou uma meta avaliação. A resposta, neste momento, só pode ser um bocado "impressionista".

Eu concordo que em Portugal faltam projectos de investigação, faltam grandes projectos nacionais, e o Ministério da Educação não os tem promovido.

Millenium - Entende então que poderia haver uma "agenda oficial" que definisse as áreas de investigação a promover . Alguns investigadores não concordam com essa espécie de "planeamento oficial" do seu trabalho.

A.E. - Mas eu penso que deveria haver uma política de Investigação que pudesse ajudar a fundamentar as opções a tomar em Educação. Do meu ponto de vista as decisões políticas necessitam de fundamentação que não dispensa a investigação científica. Isto é válido para problemas tão concretos como :

- Onde e de que forma devem ser formados os professores.
- - Porque é que o professor deve agir de uma maneira ou de outra.
- - Porque é que pode ou deve haver currículos / percursos alternativos .
- - Porque é que é necessária uma determinada mudança num dado sector de ensino.

Nós duvidamos , muitas vezes , da consistência científica de algumas opções.

Isto não significa que devam ser as pessoas das Ciências da Educação a determinar a política que o Ministério deve seguir. Os investigadores deste campo podem oferecer métodos ao decisor e clarificar, do ponto de vista científico, o fundamento das opções a tomar. Por outro lado, há um campo vasto de acções científicas necessárias que é o da avaliação. Em rigor é preciso avaliar tudo. Trabalhar ao acaso

quer dizer que se pode acertar ou não. Tem que se avaliar o que foi decidido, o que foi feito, os efeitos das medidas apontadas. Nós não temos o hábito de avaliar o conjunto das acções dos actos governativos. Neste sentido, a citação de Tuijmann, referida há pouco, tem alguma razão de ser; "a investigação em Educação é de pouca utilidade".

Millenium - Voltamos então à afirmação de que a investigação em educação tem um estatuto diferente, um estatuto menor ou menos valorizado, em relação ao de outros campos, ou de outras ciências ?

A.E. - Insisto no que estava a dizer. A autonomia é relativa e nós não sabemos bem como as coisas são avaliadas.

No campo da avaliação (na análise de princípios e construção de modelos e instrumentos) têm-se feito ultimamente alguns trabalhos em Portugal, que podem ser muito úteis. A minha Faculdade está também empenhada nisso e já promovemos algumas publicações.

No campo da avaliação das aprendizagens dos alunos também há bons trabalhos, e não posso deixar de referir, como exemplo, o da Doutora Lucie Carrilho Ribeiro.

Mas para além dos aspectos que já referi, preocupa-me a própria avaliação dos professores. Os professores dos ensinos Básico e Secundário não são avaliados. Pode dizer-se que é a única classe que não é avaliada em Portugal, e isso redundará em prejuízo dos próprios professores. Na progressão da carreira académica nós, no ensino Superior, somos avaliados por prestação de provas e isso é salutar e obriga ao progresso constante. Claro que não advogo o retorno à acção "pidesca" da Inspeção. Mas se este processo não for cuidado e desenvolvido adequadamente a classe docente será avaliada simplesmente pela força da opinião pública.

Millenium - Dada a sua preocupação com a avaliação do que é planeado e implementado, podíamos passar para o caso concreto da última Reforma Curricular, em que teve alguma intervenção enquanto Presidente do Conselho de Acompanhamento da Reforma. Faça-lhe duas perguntas: 1ª O que significou "acompanhar" a Reforma ? Incluía-se aí alguma forma de avaliação ? 2ª - Um projecto como a Área - Escola chegou a ser avaliado ?

A.E. - O Conselho de Acompanhamento, em virtude da própria legislação que o regia, não podia avaliar. Não se chegou a definir bem o que era esse "acompanhamento" Na primeira fase, quando o Eng. Roberto Carneiro era Ministro, fomos consultados várias vezes sobre alguns assuntos , sobre medidas a tomar, ou documentos oficiais a elaborar. Depois deixámos de ser consultados. Houve uma espécie de "morte natural" do Conselho. Aliás, a sua acção estava prevista para um determinado tempo.

Millenium - **O trabalho de acompanhamento da Reforma alguma vez se sobrepôs ao papel de alguma Instituição, por exemplo, do Instituto de Inovação Educacional ?**

A.E. - Não, nunca houve. Aliás, acho que não chegou a haver uma definição clara de quais eram as competências do IIE no processo de desenvolvimento da Reforma .

Millenium - **Não queríamos terminar esta conversa sem tocar a questão da importância relativa das Ciências da Educação na formação de professores. Há acusações de falhas e de excessos, conforme as Instituições e níveis a que nos referimos. O que pensa disso ?**

A.E. - Voltamos ao que disse há bocado. Esta questão tem sido mal posta. Para mim, o problema não se põe sobre quem faz ou deve fazer, mas a qualidade do que se faz, e as condições e as exigências para garantir essa qualidade. Tenho muitos receio de que sem uma investigação séria, sem um corpo de doutores qualificados, sem pessoas com formação académica superior, as Escolas possam não estar à altura do que se exige.

Mas também há Faculdades com carências fortes em algumas componentes.

Mais uma vez, tenho um bocado de receio que sem investigação adequada, se tomem posições sem fundamentação científica sólida.

Millenium - **Ultimamente em Portugal têm-se multiplicado as publicações no campo das Ciências da Educação. Isto terá algum significado real quanto à valorização e a aceitação deste campo científico ?**

A.E. - Sim; ultimamente têm surgido em Portugal boas colecções. Há uma da Porto Editora a que estou ligado (Colecção Ciências da Educação) que considero bastante boa. Este é apenas um exemplo.

Mas também se publica e divulga muita coisa secundária que está a confundir o mercado.

Millenium - Insistimos na pergunta: Pode deduzir-se, desse volume de publicações, que o estatuto das Ciências da Educação está a ganhar terreno no mundo académico?

A.E. - Quanto a mim, isso significa apenas que há poder de compra que "justifica" essa produção. As pessoas sentem necessidade dessas publicações. As editoras correspondem a uma apetência do público.

Tenho feito algum trabalho de comparação entre países; entre o que acontece em nº de tiragens, de vendas, por exemplo, entre Portugal e Espanha, e posso dizer que estamos muito bem situados nessa tabela de comparações.

Millenium - Significará isso que os professores (e outras pessoas ligadas à educação) estão a comprar livros e a ler; a informar-se e a apoiar-se em pistas dadas pela investigação ?

A.E. - Pode significar apenas que essas pessoas comprem mais livros. Ler, é que já não sei. Por mim, quero acreditar que sim e espero que leiam.

Mas há também outra reflexão que podemos fazer. Embora seja bastante "avulsa", parece inegável que a formação contínua tem alguma força. Se houvesse uma formação contínua sólida, talvez as pessoas soubessem distinguir melhor e utilizar com proveito os meios que o mercado põe à sua disposição.

Millenium - Pomos só mais uma questão. Estando a ESE de Viseu a celebrar o seu 14º aniversário como instituição formadora, que mensagem poderia enviar-lhe através deste meio?

A.E. - De uma forma ligeira e simples diria que desejo que faça 140 anos em breve.

Muito sinceramente, desejo que tudo funcione o melhor possível.